



Perderam filhos, irmãos, orgulho  
no país onde vivem, mas não perderam  
a coragem. Empurram para a frente uma  
terra queimada e não vão desistir até  
conseguirem o que precisam

# As mulheres

A photograph of a person walking away from the camera through a forest of charred, blackened trees. The ground is dark and covered in ash. The atmosphere is hazy and somber. The person is wearing a dark, patterned vest over a light-colored shirt and dark pants. The trees are tall and thin, with some showing signs of being recently charred. The overall mood is one of desolation and the aftermath of a disaster.

# de Pedrógão



terra queimada é macia como o colo de uma mulher. Acolhe, envolve, engole. As raízes escondidas naquela massa quente continuam a arder dias a fio. Ressequidas, nem por isso mortas. Mulheres de pés cravados na terra ardida, instável. Sob os seus pés, o mapa é de luta. Nunca de resignação. Dão a cara, a voz, deram o que tinham e o que não tinham. São as mulheres de Pedrógão.

Estas são as histórias de Nádia, Dina, Belmira, Ana Catarina, Liede. Podiam ser as de outras sobreviventes: Céu, Gina, Deonilde, Magda, Adelaide. Sobretudo, é um tributo a Sara, Lucília, Luísa, Bianca, Alzira, mortas pelo fogo que deflagrou a 17 de junho. A elas e aos homens, jovens e crianças que continuam presos a um fogo que não se apaga. Que calcinou muito mais do que floresta, casas, automóveis. Destruíu a confiança e desnudou realidades sociais desprezadas. Ficaram elas. Mães que perderam filhos, irmãs sem parceiros, viúvas sem companheiros, cidadãs sem orgulho. Decidiram que não se vão calar. Têm de ser a voz dos que pereceram, os rostos dos desfigurados, os braços dos que nada fazem. Nenhum laço de amizade as uniu, a tragédia do Pinhal Interior as juntou. Nádia, Dina, Belmira, Ana Catarina, Liede: inconformadas. Só mulheres. Porque foram elas que avançaram. Mais visíveis do que os líderes políticos. Fazem-se ver e ouvir. Querem justiça, seja lá o que isso for.

Teresa Cunha não é especialista em fogos, é socióloga no Observatório de Crise do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, que estuda o pós-tragédia. Explica

que “é nos momentos de grande trauma social que a força das mulheres se torna mais evidente, porque são elas que cuidam da vida prática das sociedades, da organização das casas, da alimentação. Fazem-se essenciais.” Que assumem um protagonismo que em geral lhes é recusado e que “são importantes na reconstrução física, mas, sobretudo, na reconstrução emocional do tecido social”.

Nádia Piazza chegou a Portugal há 18 anos. Veio do Brasil sozinha. “Os meus pais eram colonos do sul, desbravadores, a minha mãe matava cobra a tiro, fui criada por um preto velho, cozinheiro da fazenda na Amazônia, aonde cheguei com dois anos e de onde, quando chovia, só se saía a cavalo.” No Pará, extremo norte do país, a família é vizinha da corrida ao ouro de Serra Pelada, encontra uma floresta densa, que tem de ser abatida para criar gado. Seja virgem, desmatada ou ardida, a floresta nunca se afastou do caminho de Nádia. Amealhada a poupança desejada, regressam ao Paraná.

Aos 17 anos, Nádia deixa a casa paterna, em Londrina, e vai, sozinha, para a capital Curitiba, estudar Direito. Quer perceber as constituições e tem Gomes Canotilho e Vital Moreira como referências. Deixa a cidade-berço da operação “Lava-Jato” — expedição de caça a corruptos liderada pelo juiz Sérgio Moro, também ele do Paraná —, e escolhe Coimbra, onde tenta compreender como o Estado se posiciona perante os cidadãos. À sua espera tem um amigo que conheceu na internet. Fernando Rui, nove anos mais velho, estudante de Engenharia Civil, que a devolve à floresta. Na casa da aldeia de Salaborda Nova, à mesa da cozinha, escreve a tese de mestrado em Ciências Jurídico-Políticas e, pela primeira vez, escolhe ficar em Portugal. Em 2011, nasce Luís Fernando e quando a criança faz cinco anos, o casal separa-se. Mais uma vez, Nádia opta por Portugal: “Não podia afastar um filho de um bom pai.”

A 17 de junho tudo muda. Nádia está na Irlanda a trabalhar num projeto sobre pesca sustentável para a Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, onde é jurista e consultora.

Quando chega ao hotel, encontra uma mensagem do atual companheiro com um vídeo do fogo. Percebe que é sério e começa a telefonar para o ex-marido, para a sogra. Silêncio. Passa a noite agarrada ao telemóvel. Na manhã de domingo, parte para Portugal e, entre aeroportos, pede ajuda: a uns, que vão ao apartamento de Fernando Rui e à casa da sua nova companheira. A outros, que lhe arranjam extintores. “Não sei onde tinha a cabeça.”

Aterra em Lisboa e vai direta para a casa do companheiro da mãe de Fernando Rui, nas Várzeas. Chega já a noite vai adiantada. Na aldeia não há luz, só fumo. Na casa, não há carros, ninguém responde. Do escuro, surge um homem, com um foco de luz: “Todas as pessoas desta aldeia que fugiram, estão mortas.” Foram 14, nove daquela casa, três da vida de Nádia. O filho, o ex-marido e a mãe dele.

Mas a via dolorosa até à certeza da morte de Luís Fernando será longa. Passa pelo Posto de Comando de Avelar, onde a multidão de autoridades entretidas, a choca. Por Castanheira de Pera, onde a consternação dos bombeiros a assusta, acaba em Coimbra, à porta do IML. Regressa à casa das Várzeas, entra e vê a mesa posta para o jantar, o telemóvel sobre a cómoda, malas esquedidas pelo chão, janelas abertas, tudo coberto por cinzas. À porta, um cão preso pela corrente, com uma tigela de água à frente. Nádia sufoca, tenta escapar, senta-se no chão, ao lado do animal, e, pela primeira vez, chora. Levanta-se para ir em busca do cadáver do primogénito. Com ela vai Santiago Luís, filho que dois dias antes do fogo descobriu que terá.

E agora? Agora, Nádia é presidente da Associação das Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande, organização que se vai constituir assistente no inquérito público movido pelo DIAP para acompanhar de perto a evolução do processo, sem baixar os braços perante quaisquer muros do segredo de justiça. Apóia a realização de uma investigação paralela e aponta o dedo a quem tiver de apontar, seja ao Presidente da República, ao primeiro-ministro, principalmente a décadas de inação. Exige mudanças,

quer mais e melhor prevenção, acima de tudo, que alguém assuma a responsabilidade pela morte de 65 pessoas. E aguarda um pedido de desculpas de António Costa. “A morte do meu filho foi indigna, ele foi abandonado, deixado a arder”, repete. Nádia não pode voltar a perder um filho.

Dina Duarte não tem filhos. Não perdeu nenhum familiar. Nem a casa. Ou o carro. A pele dela não ficou queimada. Mas ainda chora, passados mais de três meses do fogo que lhe mudou a vida. Filha única, neta do dono da taberna do Bolo, aldeia onde nasceu há 47 anos, no concelho de Castanheira de Pera, os pais tinham um negócio de construção civil. Mulher do Pinhal Interior, licenciou-se em Psicologia Social pela Universidade Aberta, foi catequista, trabalhou sempre ligada à comunidade. Funcionária do Instituto do Emprego e Formação Profissional, vive em Nodeirinho, Pedrógão Grande, e o fogo sempre se lhe atravessou no caminho: “Sei o que é, o seu barulho, o cheiro, a falta de visibilidade que provoca, a angústia.” Mas não tinha medo, porque para onde olhava, via sempre a figura protetora do bombeiro. “Desta vez, as pessoas fugiram porque não viram um único bombeiro e o que este fogo trouxe de novo, além das mortes, foi a consciência do abandono.”

No dia 17, Dina e o marido, o pintor e jardineiro de Pedrógão, João Viola, estavam no Bolo, iam receber uns amigos para celebrarem juntos o solstício de verão. Frutas, bebidas, música, mais estrangeiros do que portugueses para fazer um círculo xamânico. À tarde viram uma coluna de fogo, mas não previram nada do que viria a acontecer. O vento pouco habitual, levantou-lhes alguma angústia. As desmarcações começam a surgir pelo telefone. O marido sai, com um amigo inglês, para ver o que se passa. As vizinhas falam num incêndio terrível e, logo a seguir, faltam a luz e a água. João regressa com uma certeza: “É o fim, parece um bombardeamento.” Vão a Castanheira de Pera e encontram pânico entre os bombeiros. Não há comunicações e a notícia dos mortos já circula. Na manhã seguinte, o casal



TEXTO

CHRISTIANA MARTINS

## Quando o fogo começou, Nádia estava na Irlanda a trabalhar e, de lá, pedia aos amigos que, quando chegasse, lhe levassem extintores



## RESISTÊNCIA

Nádia, Liede, Belmira e Dina, fotografadas diante da floresta ardida, uniram-se na Associação das Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande

dirige-se a Nodeirinho, à casa onde vivem, uma pequena Capela Sistina pagã, de paredes pintadas com imagens de quadros célebres. Compram garrafas de água e frutas e metem-se no carro sem saber o que vão descobrir. As frutas deixam com os bombeiros que encontram pelo caminho e começa ali a missão de ajudar o outro. Sobre a aldeia, pesa um enorme sofrimento com a morte de Bianca, filha de Gina. “A culpa não é nossa!”, eleva-se Dina. Nunca mais se calou. É essa a sua tarefa: colocar em contacto quem precisa de ajuda e quem pode ajudar.

A rotina passa a ser ver se os vizinhos estão bem, perguntar o que é necessário, dar apoio moral. Desde o início pede árvores, porque não se esquece do futuro. Autodefine-se como alguém que faz parte “da rede informal de cidadãos”, mas percebe que esta não é suficiente. “Pedi ajuda a uma jornalista que conheci no pós-incêndio. Precisava de alguém que me ouvisse, de um contacto, porque nada funcionava, estávamos entregues a nós próprios.” A 29 de junho escreve um e-mail ao assessor de Marcelo Rebelo de Sousa: “Exmo. Sr. Presidente, sou moradora de Nodeirinho, Graça, Pedrógão Grande, na qual morreram onze pessoas, destas, cinco viviam na aldeia, das quais destaco a Bianca, quatro anos e o Diogo de 21. Restamos cerca de 30. Peço-lhe que me receba e dispense dez minutos para ouvir a versão do povo, quando se deslocar a esta zona. Dos mortos estamos a fazer o luto, preocupam-me os vivos. Falta efetivamente apoio psicológico.

Nesta e noutras aldeias só funciona a rede informal de apoio, pois a formal — atenção, os bens alimentares estão a ser distribuídos — só se preocupa em fazer inquéritos. Já fizeram quatro, para quê? Sou eu, como vizinha, e outros vizinhos que apoiamos os enlutados e os heróis da minha terra. Há histórias de sobrevivência. Precisamos que nos ensinem a lidar com o trauma, o luto e a culpa, pois há quem sintam muita culpa. Espero que não haja mortos em consequência desta falta de apoio. Convido-o a si, tal como já convidei amigos e desconhecidos, a no outono, com as primeiras chuvas, trazerem árvores de fruto e virem ajudar a plantá-las em memória dos que partiram.”

No dia a seguir, o telefone toca, mas Dina não atende. O Presidente deixa-lhe uma mensagem, prometendo visitar o território. O primeiro encontro acontece no Hotel da Montanha, em Pedrógão Pequeno, à meia-noite. Marcelo Rebelo de Sousa volta a telefonar e avisa que em meia hora a pode receber. Dina agarra nas folhas que entregara a crianças e pais das aldeias afetadas onde pedira que escrevessem o que se devia fazer com o dinheiro doado, num exemplar do Expresso da semana anterior — “com uma frase que me impressionara muito, da D. Deonilde, ‘o que me magoa é o desprezo’ — e numa gotinha de alumínio derretido que encontrara no quintal. “Ele foi muito afável e já sabia o que eu lhe queria dizer. Percebi que estava bem informado.” E o Presidente percebeu a força da natureza que tinha pela frente: “Querem silenciar-nos,

mas não nos vamos calar. Deixaram que um fogacho de meia tigela virasse um furacão de horror. Independentemente do que se vier a apurar, há a consciência de quem podia ter acabado com o fogacho e não o fez, porque também se peca por omissão e eu não posso viver num país omissivo.” Foi isso que disse ao Presidente: “Tenho imenso orgulho de ser portuguesa e uma profunda amargura de ter um Estado que não nos soube proteger.” No fim de semana, Marcelo entra-lhe em casa. Dina só tem tempo de passar um pente pelo cabelo. A pedido do Presidente, João vai buscar a D. Deonilde, a padeira inconfundível de Vila Facaia, que vem de bata. Tudo em segredo para o resto do país. Desde então, Dina ainda não parou, continua a fazer contactos, estabelecer pontes, resolver problemas. Tornou-se uma missão.

## O IRMÃO TROUXE-LHE O FOGO

Como se conta a uma criança de 11 anos que o pai morreu? “Contando.” E como se chora um irmão-amigo? “Sozinha.” Belmira Morgado, 41 anos, não recusa a dor, chora e trabalha. Há 10 anos que apoia o marido na gestão da maior empregadora de Castanheira de Pera, a tecelagem Albano Morgado, com 80 trabalhadores, três dos quais morreram no incêndio. Pela empresa viaja para o Japão, França e Itália. Mas o que a define é a perda do irmão, Gonçalo Conceição, o bombeiro-herói, a que todo o Portugal político veio prestar loas no funeral. Não lhe bastou.

“Sou muito dura comigo. Tinha hipótese de ficar em casa, tomar conta

do meu filho, mas a minha natureza não me deixa.” Este verão, voltou a servir as mesas do Assa, o restaurante de Gonçalo. Fê-lo para ajudar os pais e pelo sobrinho. Belmira vive na vila e podia estar noutra local, mas o apego à família, prendeu-a. Séria, discreta, quase parece irmã da mãe, que tinha 16 anos quando ela nasceu. Um ano e 10 meses depois, aparece Gonçalo ainda não é o “Assa”, muito menos o “bombeiro-herói”, mas já era e ainda é o “maninho” de Belmira. Os pais, muito novos e com duas crianças, batalham pela vida. Começam com uma tasca e um pequeno restaurante, investem na construção e no ainda único hotel local. Os dois filhos ajudam no que podem.

Gonçalo especializa-se em assar frangos. Estudar não é com ele, foge para jogar à bola. Belmira licencia-se em Gestão, sem deixar de servir às mesas, ajudar na cozinha, na contabilidade. Um dia, parte para Lisboa de mochila às costas fazer uma pós-graduação, sem saber onde ia dormir. Assiste ao primeiro dia de aulas e, depois de muito procurar, não tem onde ficar. Liga ao irmão, que resolve o assunto. Adultos, aproximam-se mais, desabafam sobre assuntos só deles. Bombeiro por paixão, Gonçalo separa-se quando o filho tem seis anos, e há um ano, quando David decide ir viver com ele, muda de atitude e sempre que toca a sirene, evita partir.

Depois do fogo, foi Belmira que mudou. Precisa de ver os pais todos os dias, saber se comeram, se dormiram. “Não sei como, mas tenho tido muita força. É o meu irmão que me ajuda.” Discreta, decidiu que vai investigar a



## ELAS PELOS OLHOS DO PRESIDENTE

“A tragédia de Pedrógão não escolheu as vítimas. Homens, mulheres e crianças, tantos que sofreram e ainda sofrem. Mas a tragédia de Pedrógão mostrou-nos que da maior dor pode surgir a maior força. E assim foi com algumas das mulheres que a sentiram mais profundamente, porque por ela perderam aqueles que mais amavam. Tenho a honra de conhecer pessoalmente algumas destas mulheres que tomaram a dianteira e mobilizaram familiares e amigos das vítimas. Que fizeram perguntas, que exigem respostas. Algumas dessas perguntas colocaram-mas diretamente nas muitas conversas que temos mantido nos últimos três meses. Por telefone, por e-mail, presencialmente aqui em Belém. Têm-me informado sobre as situações e problemas que encontram, os apoios que recebem e também sobre aqueles por que ainda aguardam. Lançam desafios, como o que nos fez juntar novamente, há dias, numa iniciativa com os jovens dos conce-  
lhos afetados. Eles que são a principal razão pela qual homens e mulheres se devem mobilizar na esperança de uma vida melhor. Pela reconstrução e dinamização deste pedaço do nosso país. Esse esforço não depende do género, mas pode seguir o exemplo de força destas mulheres.”

Marcelo Rebelo de Sousa

Palácio de Belém, 19 de setembro de 2017

Depoimento exclusivo ao Expresso

morte do irmão, pondera avançar com um processo contra o Estado e integra a Associação das Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande. “Quero saber o que aconteceu, porque aconteceu, o que não foi feito e, principalmente, pelo meu filho e pelo meu sobrinho, o que deve ser feito para que não volte a acontecer.” Para que não se repita a noite de coração apertado, muitas dúvidas e receios. “Não sabia do meu irmão, da minha sogra, da fábrica. O que nos diziam era que o Gonçalo era o bombeiro menos ferido, que mandou dar água aos colegas e tinha ido para Coimbra. Da minha sogra nada sabia e ouvia que a fábrica tinha ardido. A falta de comunicações tornou tudo mais demorado e penoso. O fogo chegou junto ao hotel dos meus pais. Não houve tréguas. As estradas estavam cortadas, sair era um risco. Estávamos isolados, esquecidos.” Diz que foi confrontada com situações que não se atreve a relatar publicamente “por tão duras”: “Nunca vou esquecer o trajeto que fiz a pé, às 2h da manhã, na escuridão, entre o cemitério das Sarzedas e a casa da minha sogra.”

David achava que o pai era invencível. Gonçalo tinha 1,80 metros, 120 quilos. Era a alegria da família. Belmira é o rosto discreto, o juízo. Agora, ela tem de se desdobrar, agarra-se ao que pode. Às vezes dá por ela a falar com o irmão. “O meu objetivo é descobrir

o que aconteceu. A verdade há de vir, não desarmarei. Há muitos responsáveis envolvidos, não tenho dúvidas.” E vai tratar do sobrinho: “O David é o ‘Assa’ pequeno, a imagem do meu irmão.” Em novembro, Gonçalo faria 40 anos e Belmira já pensa na homenagem, com muitos amigos e família. E quem sabe cumprirá o sonho do irmão de levar Tony Carreira a Castanheira de Pera.

### SEM SARA, MAS COM DINIS

As raízes estão lá: os avós viviam da terra, embora o pai de Ana Catarina e Sara Costa fosse inapto para a agricultura. Para ver se se safava, mandaram-no estudar, mas como eram pobres, ele acabou no seminário. Pensou em Direito, mas foi para Moçambique, onde trabalhou nas Finanças até chegar a guerra. Ana Catarina ainda tem as cartas que ele trocou com aquela professora primária que viria a ser a sua mãe. Nunca as leu. Queria lê-las com a irmã, cinco anos mais nova, mas o fogo de Pedrógão antecipou-se: não lhe queimou o papel, matou-lhe a irmã.

A infância foi passada no campo, a comer amoras e a rasgar os joelhos numa floresta mais regeço do que ameaça. Aos 18 anos, Ana Catarina vai para Viseu, depois Aveiro, atrás de uma licenciatura em Engenharia do Ambiente. Completado o

LUCÍLIA MONTEIRO



### MEMÓRIA

O fogo matou Sara, irmã mais nova de Ana Catarina Costa, com quem queria partilhar o passado dos pais

curso, volta a Castanheira de Pera, faz o estágio profissional e reencontra amigos. Como Fernando Rui, ex-marido de Nádia, e Rui Rosinha, um dos bombeiros que ainda estão internados. Em 2005, a mãe recebe um transplante de coração e, um ano mais tarde, é Ana Catarina que ultrapassa a mesma prova. E de coração novo ganha fôlego para construir futuro: casa-se. Mas viver é perder e, no espaço de quatro meses perde os pais. Faltava ainda perder Sara, irmã que lhe deixa o filho de sete anos: Dinis.

Sem emprego, pressionada pelas contas, preocupada com o sobrinho, Ana Catarina escreve ao Presidente. E ao provedor da Justiça. E ao primeiro-ministro. E a vários ministros responsáveis pelas pastas envolvidas na tragédia. Queixa-se da inação. Junta-se às outras vítimas, ouve relatos duros, transcreve-os, vê fotografias que ninguém quer ver. “Une-nos o desejo de mudar, pois estamos com fogo na venta para levar com tudo à frente. Primeiro, mudar a atitude dos que não governam em plena tragédia, depois, a maneira como vemos a floresta.” Ana Catarina precisa de acreditar, mas persistem dúvidas: “Preciso de confiar neste país, pois dependo dele, dos médicos que não me deixam morrer, mas depois verifico que este Estado que paga milhares de euros para que eu permaneça viva, é o mesmo que matou a minha irmã.” E desde que perdeu este pedaço de si, ficou com medo de morrer. “Sem a Sarita, a Cati está em vias de extinção, falta-me o último abraço que demos, o sorriso da minha mãe.”

Liede é diferente. O seu nome correto é Liedewij Schieving. Não é dali, chegou há dez anos da Holanda, com a companheira, Jotelein. Em Amsterdão era chefe de um pequeno restaurante, mas mudou porque escolheu um outro modo de vida. E daqui não sai, custe-lhe o que custar e já custou muito. As duas criaram um agroturismo, na Fontainha, em

Figueiró dos Vinhos, com quartos para alugar, tendas, caravanas. Com o fogo, perderam muitos equipamentos e 85% do terreno. Está fechado e, sem ganharem dinheiro, vivem da ajuda de amigos e familiares. “Vendo aos turistas um paraíso e agora não é o que tenho. Voltarei a tê-lo, sei que vai renascer. Este sítio é a nossa vida, o nosso sonho.” Depois do incêndio, descobriram que tinham mais amigos do que pensavam — “nunca imaginei que fôssemos tão queridas” —, reforçou a crença na solidariedade portuguesa. Mas descobriu aspetos da portugalidade que preferia não enfrentar, como a falta de clareza na comunicação, de preparo. Tranquila, finca raízes na terra escolhida: “Vamos sobreviver porque temos familiares, amigos. Vejo-me a envelhecer aqui, não volto para a Holanda. Temos de pensar como nos defender dos próximos incêndios, porque sei que o fogo vai voltar e fugir não vai ajudar. Este é o momento de fazer mudanças no país inteiro, mas não posso lutar pelo país todo, tenho que lutar pela minha vida e o tempo é pouco.”

Em outubro, quando os reis da Holanda visitarem Portugal, Liede e Jotelei lá estarão. Foram convidadas. É que tudo continua. E quando a sociedade quer regressar à normalidade, as mulheres recuam aos espaços de silêncio e invisibilidade. Mas, explica a socióloga Teresa Cunha, estão mudadas: “Ficam sempre diferentes do que eram, organizam-se em associações, alteram a visão que tinham delas próprias e do espaço que ocupavam.” Dito isto, não nos esqueçamos das mulheres de Pedrógão, porque as suas histórias parecem inscritas no ‘Dies Irae’, do “Requiem” de Mozart, com mais de dois séculos: “Dia de lágrimas aquele/ Em que ressurgirá das cinzas/ O homem para ser julgado/ Tende, pois, piedade dele, ó meu Deus!” E quem não crê Nele? Terá de acreditar nelas. ●